

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Da Sra. Delegada Ione)

"Requer a realização de audiência pública com a finalidade de debater os índices de resolutividade dos crimes de violência doméstica e feminicídio no Brasil, com foco na produtividade da Polícia Civil."

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, destinada a debater os índices de resolutividade dos crimes de violência doméstica e feminicídio no Brasil, bem como a produtividade da Polícia Civil no enfrentamento a essas práticas criminosas.

Sugiro a presença dos seguintes convidados:

- **Dr. Rodolfo Queiroz Laterza** – Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL do Brasil);
- **Raquel Kobashi Galinatti** – Delegada de Polícia Civil de São Paulo, Diretora de Comunicação Social da ADEPOL do Brasil;
- **Claudia Molina** – Delegada de Polícia de Pernambuco, Vice-Presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Pernambuco (ADEPPE);
- **Franciele Candotti** – Delegada de Polícia de Mato Grosso do Sul, Diretora da ADEPOL-MS;
- **Marina Machado Dillenburg** – Delegada de Polícia do Rio Grande do Sul, Vice-Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do RS (ASDEP).
- **Danúbia Helena Soares Quadros** – Delegada do Departamento Estadual de Investigação Orientação e Proteção a Família em Minas Gerais (DEFAM).
- **Juliana Página Calif de Matos** – Delegada Titular da Divisão Especializada em Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência e Vítimas de Intolerância em Minas Gerais (DEMID).



* C D 2 5 4 2 8 1 3 3 2 3 0 0 *

JUSTIFICAÇÃO

A violência contra a mulher permanece como um dos mais graves desafios sociais e de segurança pública no Brasil. De acordo com o Atlas da Violência 2025 (IPEA/FBSP), entre 2013 e 2023 foram assassinadas 47.463 mulheres no país, sendo que apenas em 2023 registraram-se 3.903 vítimas, o que corresponde a uma taxa de 3,5 mortes por 100 mil mulheres.

O mesmo levantamento indica que a maioria dos homicídios femininos ocorre no ambiente doméstico e que mulheres negras representaram 68% das vítimas de homicídio em 2023, o que evidencia a persistente desigualdade estrutural no perfil da letalidade feminina. Além disso, o ambiente doméstico é o local mais perigoso para elas — cerca de 35% dos homicídios femininos ocorreram dentro da residência da vítima.

A efetividade das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher depende, em grande medida, da capacidade investigativa do Estado. Nesse contexto, os índices de resolutividade das Polícias Civis assumem papel crucial.

Diante desse cenário, a realização da presente audiência pública se justifica pela necessidade de avaliar de forma técnica e comparativa os índices de resolutividade, identificar entraves estruturais e boas práticas institucionais, e propor medidas que fortaleçam as Polícias Civis em todo o território nacional. Com isso, propomos o debate com lideranças policiais de diferentes estados que permitirá discutir caminhos para a padronização de indicadores, a capacitação especializada, o fortalecimento das delegacias especializadas e a consequente ampliação da proteção às mulheres vítimas de violência.

Diante da gravidade e urgência do tema, solicito a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2025.

Deputada **DELEGADA IONE**



* C D 2 5 4 2 8 1 3 3 2 3 0 0 *